

796

CONTRADIÇÕES QUE ENVOLVEM

A TRABALHADORA QUALIFICADA (1)

Eva Alterman Blay

É de nossos dias a compreensão de que a mulher é dirigida a desempenhar papéis sociais - no trabalho, na família, na educação, etc... definidos por sua condição de sexo. Nos países desenvolvidos ou sub-desenvolvidos, capitalistas ou socialistas, o fator sexo é utilizado de diversas maneiras, pois as condições socio-econômicas são diversas, mas sempre de modo a limitar a plena participação feminina.

O Brasil não escapa à regra geral com a agravante de que até agora se supunha que com a aquisição de um nível mais alto de desenvolvimento econômico automaticamente surgiria a emancipação feminina. E por emancipação estou entendendo uma plena e igualitária participação econômica, cultural, e política na sociedade como um todo assim como uma igualitária participação nas decisões internas de seu grupo familiar.

Ao procedermos uma investigação sociológica da posição social da mulher trabalhadora focalizamos dois níveis estruturais : da divisão social do trabalho na sociedade global e o das relações sociais imediatas (escola, família, amigos). (2). Es-

(1) Conferência pronunciada na semana sobre PESQUISA SOBRE O PAPEL E O COMPORTAMENTO DA MULHER BRASILEIRA patrocinada pela ONU e ABI Rio de Janeiro, 2 de julho de 1975

(2) Todos os dados empíricos aqui referidos derivam de pesquisa realizada em

tes dois níveis na verdade não se apresentam estanques mas se interpenetram intensamente, e só foram considerados isoladamente para fins de análise.

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO X DETERMINAÇÕES POLITICAS ECONOMICAS

O nível do desenvolvimento econômico é fundamental para a mobilização do trabalho feminino. Nos países desenvolvidos, capitalistas ou socialistas há uma condição infra-estrutural comum: o crescimento populacional é lento, o período de escolarização é longo o que retém fora de força de trabalho ativa uma considerável parcela de população, o crescimento econômico requisita elevada mão de obra: resulta que a população trabalhadora disponível é insuficiente. Como consequência mobiliza-se a participação feminina.

Países sub-desenvolvidos como os latino-americanos sofrem um processo exatamente oposto: a taxa de crescimento populacional é elevada, a escolarização retém o indivíduo pouco tempo na escola liberando-o cedo para o mercado de trabalho, o crescimento econômico é lento: em conclusão há uma vasta demanda no mercado de trabalho e uma reduzida oferta de empregos. Sobram homens e sobretudo mulheres economicamente não ativas. (Executando o Haiti - 49,0% e a Bolívia - 42,7% - nos demais países latino-americanos a percentagem feminina na força de trabalho gira em torno de 20%).

No nível dos valores e dos comportamentos sociais o sexo reassume seu histórico papel de controlador da participação da metade da população no trabalho. Os preconceitos amplamente disseminados

1972, na indústria paulista, com 522 trabalhadoras qualificadas das quais 145 eram universitárias, 93 secretárias e 263, de "outros cargos". Ver: Eva Alterman Elay - A MULHER E O TRABALHO QUALIFICADO NA INDUSTRIA PAULISTA, U. S.P. 1972, mimeografado. Esta pesquisa foi executada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

na América Latina de que "o lugar da mulher é no lar" ou de que a mulher que trabalha fora "rouba o lugar do homem") na verdade mistificam um problema de infra-estrutura econômica dos países sub-desenvolvidos. Submerso sob preconceitos de ordem cultural esconde-se a inelasticidade de um mercado de trabalho estreito e que está impedido de se expandir. As mulheres são refreadas de concorrerem com seus companheiros, ou de se aliarem a eles, e são socializadas segundo modelos remanescentes de sociedades de tipo patriarcal.

Assim nos países desenvolvidos instala-se uma divisão social do trabalho entre os sexos destinando-se apenas determinadas carreiras à mulher (mesmo na Suécia as mulheres dedicam-se principalmente à humanidades, literaturas, e não às áreas das ciências exatas), menor salário e menor possibilidade de ocupar cargos hierarquicamente superiores.

Nos países latino americanos o processo é diferente. A expansão tardia da industrialização provoca uma restrição na participação feminina à atividade econômica. É incorreto dizer que a industrialização veio aumentar o número de lugares de trabalho nestas regiões. De fato ocorreu um deslocamento intenso e contínuo de população rural para o meio urbano e como não houve um crescimento do mercado de trabalho proporcional à população urbana presente resulta, na verdade, uma redução no número de mulheres que trabalha. (Os dados são precários para a América Latina mas são sensíveis quando se juntam todos os países sub-desenvolvidos. Nas regiões industrializadas, em 1950 41,8% da população feminina era economicamente ativa: em 1970 passou para 43,4%. Nas regiões não industrializadas decresceu de 49,5% para 45,6% no mesmo período.

Portanto podemos concluir que a mulher não decide individualmente se quer ou não trabalhar, se

vai ou não fazê-lo, ela é na verdade impelida ou impedida de participar da atividade econômica.

Atualmente no Brasil, para cada 10 trabalhadoras, 2 trabalham na agricultura, 1 na indústria, e 7 no setor terciário. É quase paradoxal mas se pode dizer que conseguir um lugar para trabalhar na indústria é uma exceção, e ser mulher e ter esta atividade é uma dupla exceção. Isto mesmo quando se trata da área mais industrializada do país, S. Paulo.

A investigação empírica que procedemos ocupou-se desta camada "seletiva" dentre as trabalhadoras. Restringimo-nos aos que executam um trabalho qualificado, isto é, que exige do indivíduo a posse de dada "especialização e ou certo nível de supervisão e coordenação nos setores de produção, administração, planejamento e manutenção". Incluem-se aqui, portanto, técnicos, mestres, cargos de nível médio na administração. E todos os universitários encontrados.

No Brasil 12,2% dos trabalhadores industriais são mulheres e, em São Paulo, para cada 10 homens há duas mulheres neste ramo. Quanto menos especialistas o cargo tanto maior a proporção de trabalhadoras na indústria: no nível do trabalho não qualificado há uma mulher para cada 3 homens; no nível que requer escolarização universitária a relação é de 1 para 19.

Os três ramos industriais que mais absorvem o trabalho feminino qualificado são a) indústria de construção de meios de transportes (29,9%), indústria de produtos elétricos (18,7%) e indústria farmacêutica (14,7%). Por um critério de amostragem constatou-se que, no Estado de S. Paulo, em cada 10 trabalhadoras qualificadas, 8 estão empregadas em atividades de administração ou vendas, 1 na produ-

ção e 1 nos serviços de saúde e assistência.

Proporcionalmente, porém, as percentagens de participação feminina variam conforme a mulher seja universitária ou não. As universitárias trabalham, proporcionalmente, mais no setor de serviços de saúde e assistência, depois na produção e depois na administração e vendas. (Mas em números absolutos elas avultam no setor administrativo, depois em saúde e assistência, e finalmente na produção).

Embora trabalhem na indústria as mulheres qualificadas exercem atividades que não são especificadas à produção industrial, em geral. Entre as universitárias, ao lado das químicas e farmacêuticas, há as assistentes sociais, nutricionistas, médicas, dentistas. Há advogadas, jornalistas, e muitas formadas em história, geografia, línguas, e outras ciências humanas. As químicas e farmacêuticas são as que mais desempenham tarefas na produção e que podem ser classificadas como especificamente vinculadas ao trabalho industrial. As demais exercem atividades burocráticas, administrativas.

As químicas assim como as farmacêuticas ou bio-químicas encontradas na indústria afirmam que aquele é "seu lugar" de trabalho. Em 1968 cerca de 3% dos alunos matriculados em cursos de engenharia e 34,6% nas escolas de Odontologia e Farmácia eram mulheres. Em estudo recente Beisiegel, observou que entre 330 formandos em Química havia 188 homens e 142 mulheres. Destas 5,6% trabalhavam em empresas de transformação e 23,9% não trabalhavam. As demais estavam no ensino ou pesquisa.

O retraimento de 2 entre 10 formadas, em Química é interpretada como a manutenção de "padrões domésticos vigentes". Quero aqui propor uma revisão neste tipo de explicação: entre 10 formadas 8 trabalham. Mas todas elas se ligam a carreiras ul

timamente desvalorizadas pelo mercado, progressivamente abandonadas pelos rapazes que buscam carreiras mais bem remuneradas, de mais elevado prestígio, e que não sofrem as constantes crises enfrentadas pela indústria química.

Esta mesma ordem de explicações serve para a interpretação das 89,4% mulheres matriculadas nos cursos de Assistência Social ou as percentagens ainda mais elevadas entre dietista, nutricionistas, enfermeiras.

Não se observou nenhuma diferença qualitativa quanto às atividades profissionais exercidas pelas universitárias e pelas não universitárias do ponto de vista de que ambas categorias exercem atividades "adequadas" ao sexo feminino. Por exemplo é adequado à mulher ser secretária, o grande domínio profissional da jovem na indústria, ou ser técnica de laboratório, ou ainda enfermeira dos ambulatórios médicos.

Analisando-se os cursos frequentados por universitárias e não universitárias conclui-se que as mulheres se dirigem para aquela socialmente "indicados" para o sexo feminino.

Há uma reciprocidade entre as escolhas escolares e a oferta de lugares no mercado de trabalho: mulheres podem trabalhar como químicas, farmacêuticas, advogadas, assistentes sociais, nutricionistas, secretárias, enfermeiras, laboratoristas. E, por "coincidência" elas escolhem justamente estas carreiras pelas quais afirmam sentir uma verdadeira vocação. Não é difícil perceber como estas vocações são socialmente dirigidas.

Mas observamos também que depois de estar envolvida pela atividade profissional a mulher gradativamente procura se especializar através de cursos profissionais complementares. Isto certamente

revela que tendo conseguido se introduzir no mercado de trabalho ela procura manter e aprofundar sua atividade.

Confrontando-se a permeabilidade do mercado para a absorção do trabalho feminino nas citadas áreas conclui-se que este mercado e a escolarização são dois ângulos de um mesmo processo: aquele reforça os valores sociais e induzem as eventuais pretendentes a carreiras próprias ao sexo feminino.

RELAÇÕES SOCIAIS IMEDIATAS X TRABALHO FEMININO

Investigando-se origem socio econômica das trabalhadoras qualificadas, verificamos, como seria de esperar que as universitárias tem uma origem mais elevada do que as não universitárias: 3 a 4 universitárias tem pai com este nível escolar, a proporção cai para 1 em 6 para secretárias e em 12 para "outros cargos".

O nível escolar da mãe também é mais elevado tendo as universitárias mães que atingiram com mais frequência o nível secundário (59,5%) para 42,4 e 21,5). A ocupação paterna segue a mesma diferença: o prestígio da ocupação do pai das universitárias é mais elevado do que o das outras duas categorias. Quanto à ocupação materna observou-se fato marcante: a metade das mães das trabalhadoras qualificadas trabalharam ou trabalham extra-domiciliarmente. Mas o tipo de trabalho executado foi diferencial tendo as mães de universitárias exercido, com maior frequência, cargos de nível intermediário (na escala de prestígio Hutchinson-Gouveia) e de nível alto do que as demais.

Deste último informe concluímos que não é o fato de a mãe ter trabalhado mas o tipo de trabalho exercido que deve ter influído sobre orientação profissional seguida pela filha.

À este tipo de influência deve-se acrescentar que a clara origem sócio-econômica mais elevada das universitárias pode lhes proporcionar uma escolarização mais elevada. Condições materiais e intelectuais encontradas no lar devem ter-se somado para permitir que as universitárias encontradas tivessem condições de optar por uma escolarização mais elevada.

É provável que na sociedade capitalista (ou socialista..) a remuneração seja fundamental para que o indivíduo se coloque, ele próprio, perante o trabalho. A remuneração dimensiona não apenas o valor intrínseco do trabalho desempenhado mas a posição social que o indivíduo ocupa na estrutura social. (Não estou considerando aqui a relação trabalho e valor da força de trabalho, ou mais valia). O homem que trabalha vincula sua remuneração à manutenção de sua família. O bem estar dela depende do dinheiro que ele traz para casa. Teoricamente, como provedor econômico do lar, ele se autodimensiona conforme consiga proporcionar bem estar, facilidade de consumo, etc. à sua família. Esta avaliação varia conforme a orientação político-econômica da sociedade em que vive. Nossa descrição, é claro, figura uma sociedade de tipo capitalista ocidental. É o fazemos para circunscrever os critérios que levam o homem a trabalhar e a buscar remuneração.

Mas quando se trata da mulher, como isso se passa ?

Verificamos que 8 a 9 mulheres em cada 10 contribuem para a manutenção econômica de suas casas. Constatamos que 3 a 4 mulheres são as únicas responsáveis pela manutenção ou são a principal fonte de rendimentos do lar. A estas somam-se cerca de 20 a 25% que trazem pelo menos a metade do orçamento doméstico. Portanto pode-se concluir que o salário da trabalhadora qualificada é, no mínimo, muito

importante para a manutenção econômica de seu grupo familiar.

Dada esta dimensão do trabalho feminino seria de se esperar que a mulher desenvolvesse paralelamente uma consciência profissional compatível com seu desempenho concreto. Mas, de fato, não foi bem o que encontramos:

Como a mulher é levada a escolher os cursos que frequenta ?

A vocação foi a principal razão dada pelas universitárias e pelas "técnicas" em geral, o "acaso" pelas secretárias. A idéia de adquirir uma profissão na qual trabalha só surge como terceira alternativa as respostas.

A mulher desvincula o trabalho da carreira escolar. A maior aproximação que se encontra entre estas duas atividades é intermeada pela "vocação", razão perfeitamente condicionada pelas circunstâncias sociais como vimos. Parece que é a categoria mais baixa dentre as entrevistadas, aquelas que são pior remuneradas, e as que revelaram intenções mais realistas e profissionais ao justificar os cursos realizados. Como estes não foram tão elevados como o das demais é certamente a necessidade econômica, a real avaliação da remuneração para a vida quotidiana do grupo familiar e de si mesma que as aproxima do trabalho. Mas mesmo entre as mulheres deste grupo a resposta predominante foi: vocação
DIALETICA PROFISSIONAL

A metade das trabalhadoras qualificadas não universitárias começou a trabalhar antes dos 18 e 80% delas começou antes dos 20 anos. (50% das Universitárias começou antes dos 20 anos.) Mas trabalhar para se realizar profissionalmente foi um privilégio de 51,3% das universitárias e somente cerca de 22% das não universitárias. Estas foram levadas ao trabalho por necessidade econômica básica-

mente o que também aconteceu com 48,6% das universitárias. E, desmentindo um conceito muito generalizado sobre o absenteísmo feminino vemos que entre as trabalhadoras qualificadas que estão trabalhando 8 em 10 nunca interromperam suas atividades profissionais.

Dentre as razões que levaram aqueles 20% a interromper o trabalho, os motivos alegados foram "a situação permitia", para "viajar", "descansar" ou "estudar", em cerca de 35% dos casos; "casamento" em 30%, "doença" ou "desemprego" em 20% e "outras razões" 15%.

Há um processo contraditório estampado nestas linhas de respostas. A mulher começa a trabalhar muito cedo, as razões econômicas são fundamentais ao leva-la a procurar um emprego. Mas ela não se preparou educacionalmente para o trabalho. Ela não interrompe a atividade econômica quando consegue encontrar um emprego, mas quando interrompe alega razões que pretendem dar a entender que só trabalha por causa do dinheiro, que podendo se sustentar por outros meios dá-se a liberdade de se afastar do trabalho.

Seis em 10 trabalhadoras qualificadas que estão na indústria encontraram neste ramo das atividades econômicas razões "específicas" para se vincular a ele (melhor pagamento, preparo escolar prévio, trabalho de futuro e dinâmico). As 4 restantes foram levadas por razões circunstanciais como ter arranjado este emprego com maior facilidade. Como esta foi a resposta mais consistente (as mulheres responderam 4 em 10 simplesmente "arranjei com mais facilidade" e não foi somada nenhuma outra resposta a ela) creio que se pode concluir que apesar da vocação, ou do preparo escolar prévio, a maioria das trabalhadoras são levadas a trabalhar onde conseguem arranjar emprego. E, por acaso, o grupo inves-

tigado está na indústria como poderia estar em outro ramo.

Quanto aos salários observou-se que as universitárias são as proporcionalmente mais bem remuneradas, (40% delas ganhavam entre 10 a 20 salários mínimos). As secretárias desmistificando o consenso de serem muito bem remuneradas ganham entre 5 a 9 vezes o mínimo em 63% dos casos. E quase 65% das outras categorias ganharam menos de 6 vezes o mínimo.

Observou-se também que as trabalhadoras qualificadas estaveis na atividade industrial: 27% das universitárias, 40,9% das secretárias e 43,6% das restantes estão há mais de 10 anos no trabalho industrial. E mais de 70% delas pretende continuar no mesmo ramo.

Parece que começa a se tornar mais nítido o quadro de inserção da mulher no trabalho: movida por necessidades econômicas a mulher busca um emprego. Encontrando-o, seja onde for, ela permanece trabalhando por muitos anos e procura cada vez se especializar mais. Sua remuneração não é brilhante mas também não é desprezível e ela contribui para o orçamento familiar.

No entanto ela se insere em cargos femininos, sente vocação por carreiras femininas e não entende o trabalho como uma forma de realização profissional.

A condição de mulher influi sobre o exercício profissional ?

A discriminação voltada à condição de sexo da trabalhadora é alegada por 26% das universitárias e 10% das secretárias e demais. Como aquelas que ocupam cargos mais remunerados e de maior responsabilidade parece claro que são as condições de intensa concorrência que estimulam o uso de precon-

ceitos sexuais para criar obstáculos às carreiras profissionais.

A influencia da condição de sexo, quando abertamente indagada, confirma-se em 50% das universitárias e cai para 30% nos outros cargos. É interessante notar que só quando a pergunta focaliza claramente a condição de sexo, a mulher reflete sobre seus efeitos sobre o trabalho.

Esta nova contradição merece reflexões.

Será que a mulher está tão predisposta a ver reduzidas suas oportunidades que já nem as considera um obstáculo?

Para exemplificar cito uma das entrevistas em que a trabalhadora era uma engenheira especializada em eletrônica Jovem, 26 anos, casada sem filhos, pai universitário, marido também, mãe que trabalhou, ela dava a entender que estava se realizando muito bem no trabalho. Não havia discriminação nenhuma tudo caminhava para o melhor. Quando, ao explicar um detalhe de uma pergunta ela diz "meu trabalho aqui é traduzir catalogos tecnicos, serviço que nenhum homem faria pois exige muita paciência."

Há também aquelas que afirmam (7,5% das universitárias, 21,3% das secretárias e 8,5% das restantes) ser a condição feminina uma influencia benéfica para o trabalho: há uma outra engenheira que conta como suas dificuldades iniciais foram minimizadas pela ajuda dos colegas homens que a "adotaram" e resolveram ajuda-la. Ou as secretárias que exercem um cargo definitivamente feminino.

Avaliando-se os projetos profissionais das trabalhadoras constatou-se que são as universitárias as que mais veem possibilidade de desenvolver

carreira na atual profissão (73,7%). Mas são elas também as que mais alegam discriminação sexual.

Esta contradição é explicada pelas universitárias pelo "bom preparo" que tem ou porque tem "profissões de futuro".

Podemos interpretar esta contradição entre obstáculos e projetos como uma visão realista das universitárias que percebem nas contingências atuais do mercado de trabalho efeitos superiores à discriminação sexual?

O senso comum sobre a mulher brasileira e mesmo alguma bibliografia sociológica sobre a mulher no passado do país afirma uma vocação "doméstica" da mulher. Assim é de supor que apenas aquelas altamente remuneradas ou dotadas de elevada escolaridade escapariam a este padrão.

Entretanto, embora um considerável nº de trabalhadoras afirmam que o melhor local de trabalho para a mulher seja o magistério, ou o serviço público (cerca de 40%) outras, em proporção igual afirmam que a mulher pode trabalhar em qualquer trabalho. Esta atitude revela a emergência de uma consciência profissional na medida em que desvincula a condição de sexo do trabalho. É interessante notar que não é o exercício de cargos altamente qualificados que dá a mulher esta avaliação mas o mero fato de trabalhar já lhe permite concluir que sua vida pessoal não deve limitar-lhe o exercício profissional pleno.

TRABALHO E FAMÍLIA

Sete entre 10 trabalhadoras são solteiras. Entre as casadas a metade tem filhos. 30% das universitárias, 48,9 das secretárias e 64,6% das restantes não tem empregadas domésticas.

Mas não vamos discutir aqui o problema da dupla jornada de trabalho, exercida pela maior parte das entrevistadas não universitárias e para uma boa parte destas. Vamos nos preocupar um pouco mais com as reações provocadas pelo trabalho da mulher entre seus parentes, marido, noivo ou namorado, amigos.

Quando o rapaz começa a trabalhar as manifestações de regozijo são gerais. Todos acham que ele é responsável, será um futuro trabalhador, mesmo quando não precise de dinheiro, esta sua atividade é lisonjeada. Quando a mulher começa a trabalhar ela é considerada uma "infeliz" pois precisa trabalhar, uma coitada que precisa ajudar em casa, e se espera que brevemente, ao se casar, ela se livre de carga tão penosa.

Vimos que entre as entrevistadas, em média 60% das reações ao seu trabalho são de indiferença. Cerca de 30% se dizem estimuladas pela família. Isto ocorre tanto para as mulheres casadas como para as solteiras.

Cabe aqui lembrar um dado apontado anteriormente de que 80% das trabalhadoras contribuem para o orçamento doméstico.

O que explicaria estas reações de indiferença ou de desestímulo?

Observamos também que o pai mais do que a mãe, o irmão mais do que a irmã, o namorado mais do que o marido, e mesmo os amigos mais do que as amigas se mostram desfavoráveis/indiferentes ao trabalho da mulher.

De tudo o que vimos pode-se concluir pela presença de uma situação contraditória que atinge a imagem da mulher profissional, ela participa do mer-

cado de trabalho mas não tem muita convicção ao fazê-lo. Sua auto-imagem reflete uma dimensão exterior à própria mulher conformada pelas atitudes e opiniões dos outros sobre seu trabalho.

Há um duplo reforço no comportamento social da mulher perante o trabalho: num nível global ela é manipulada para certas carreiras consideradas adequadas à mulher. Mas estas carreiras são as menos prestigiadas e não muito bem remuneradas.

Por outro lado sua remuneração é importante para a família mas esta não reconhece objetivamente (excetuando uma parte dos maridos) esta participação.

Deste modo desestimulada pelo mercado, e pela família a mulher só muito lentamente está chegando a uma consciência profissional.